



**A UNIÃO REALIZOU ATÉ MAIO 11% DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO FIXADO PARA O ANO. ESSE DESEMPENHO INDICA RISCO DE NÃO CUMPRIMENTO DA META.**

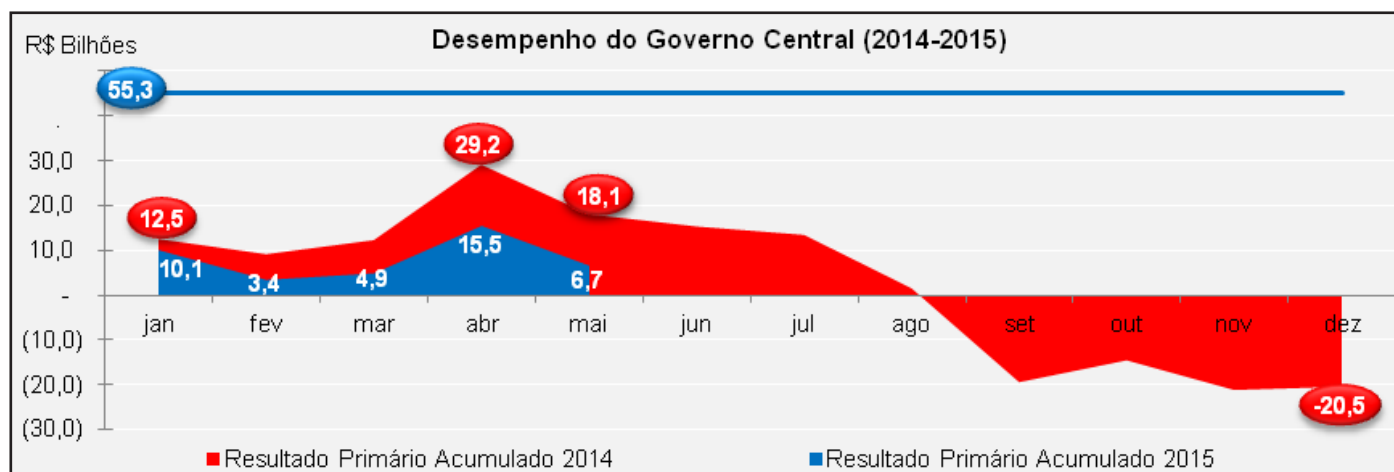
## A – SUPERÁVIT PRIMÁRIO EM 2015

- O resultado primário da União até maio foi de R\$ 6,3 bilhões. Trata-se do menor valor para o período desde 2002, início da série histórica divulgada pelo Banco Central.
- Para que a meta do ano seja alcançada, é necessária uma economia de R\$ 49,0 bilhões (89% do total) nos meses restantes. Quanto aos demais entes, o superávit acumulado até maio superou em R\$ 8,3 bilhões o valor estimado para o exercício.

ESFERA	META DO ANO	REALIZADO ATÉ MAIO	A REALIZAR
<i>União</i>	55,3	6,3	49,0
<i>Gov. Central</i>	55,3	6,7	48,6
<i>Estatais</i>	0,0	(0,4)	0,4
<i>Estados e Municípios</i>	11,0	19,3	–

Fonte: Banco Central.

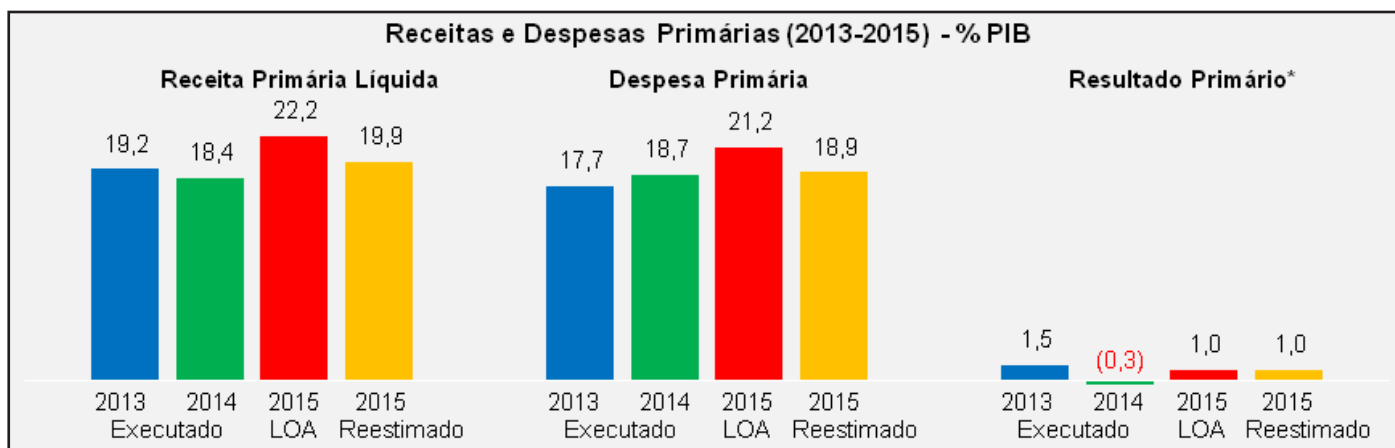
## B – DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2014-2015)



Fonte: Banco Central.

- O superávit primário acumulado pelo governo central até maio corresponde a 37% do valor alcançado no mesmo período de 2014.
- Esse desempenho segue trajetória semelhante à de 2014, quando o governo encerrou o exercício com déficit primário de R\$ 20,5 bilhões.

## C – RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

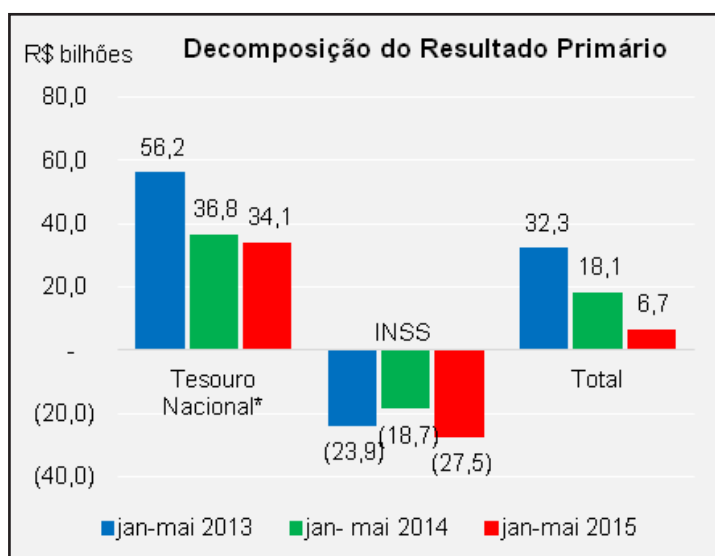


Fonte: Tesouro Nacional, Relatório de Avaliação do 2º bimestre da SOF/STN e Banco Central.

\* Diferenças entre os valores apurados para o Resultado Primário decorrem de diferentes metodologias adotadas pelo Tesouro Nacional (critério acima da linha) e Banco Central (critério abaixo da linha).

- Consideradas as projeções atuais do Poder Executivo, o resultado primário de 2015 continuará a depender mais da elevação da receita que da contenção da despesa.
- As reestimativas indicam um aumento da receita, entre 2014 e 2015, de 18,4% para 19,9% do PIB, ao passo que a despesa deve crescer de 18,7% para 18,9% do PIB no mesmo período.
- Ponto sensível diz respeito à estimativa de arrecadação de receitas extraordinárias pela Receita Federal, tendo em vista o risco inerente de sua não realização. Na LOA 2015, essas receitas somavam R\$ 27,5 bilhões e, com a reprogramação do Poder Executivo, essa previsão foi elevada para R\$ 46,4 bilhões.

## D – DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL



Fonte: Banco Central.

\*Inclui o Banco Central.

- A decomposição do resultado primário do Governo Central de janeiro a maio, no período 2013-2015, mostra queda contínua do resultado do Tesouro Nacional e relativa estabilidade do déficit da Previdência.
- As medidas de natureza previdenciária do ajuste fiscal (Leis 13.134/2015 e 13.135/2015), embora possam contribuir para a redução desse déficit ainda em 2015, tendem a gerar impacto mais significativo nos próximos exercícios.

## E – RESUMO DO CONTINGENCIAMENTO DA UNIÃO

ITEM	2014	2015		
	Executado	LOA (A)	Decreto Contingencial (B)	Diferença (A-B)
I. Receita Primária Líquida	1.018,9	1.223,4	1.158,3	(65,1)
II. Despesa Primária	1.051,6	1.168,1	1.103,0	(65,1)
II.1. Despesas Obrigatórias	781,5	841,8	847,5	5,8
II.2. Despesas Discricionárias	270,1	326,4	255,5	(70,9)
II.2.1. Emendas Individuais	6,1	9,7	5,0	(4,7)
II.2.2. Demais Discricionárias	264,0	316,7	250,5	(66,2)
III. Ajustes <sup>2</sup>	15,5	–	–	–
IV. Resultado Primário	(17,2)	55,3	55,3	–

Fonte: Estatísticas Fiscais/SOF e Relatório de Avaliação do 2º bimestre da SOF/STN.

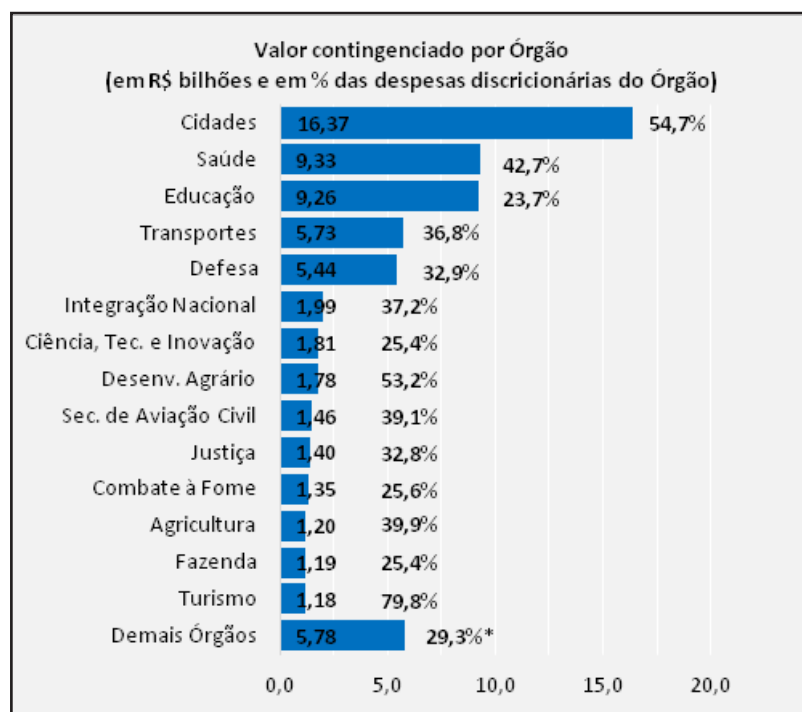
<sup>1</sup>Receita primária total menos transferências aos demais entes por repartição de receita.

<sup>2</sup>Diferença regimes caixa/competência, despesas extra-orçamentárias e empréstimos líquidos.

- O Poder Executivo estima redução de R\$ 65,1 bilhões na receita primária líquida, o que a torna mais próxima do valor realizado em 2014.

- Essa redução, associada ao aumento de R\$ 5,8 bilhões de despesas obrigatórias, impôs à União o contingenciamento de R\$ 70,9 bilhões. Desse montante, R\$ 4,7 bilhões correspondem à limitação das emendas individuais aprovadas na LOA.

## F – CONTINGENCIAMENTO POR ÓRGÃO DO PODER EXECUTIVO



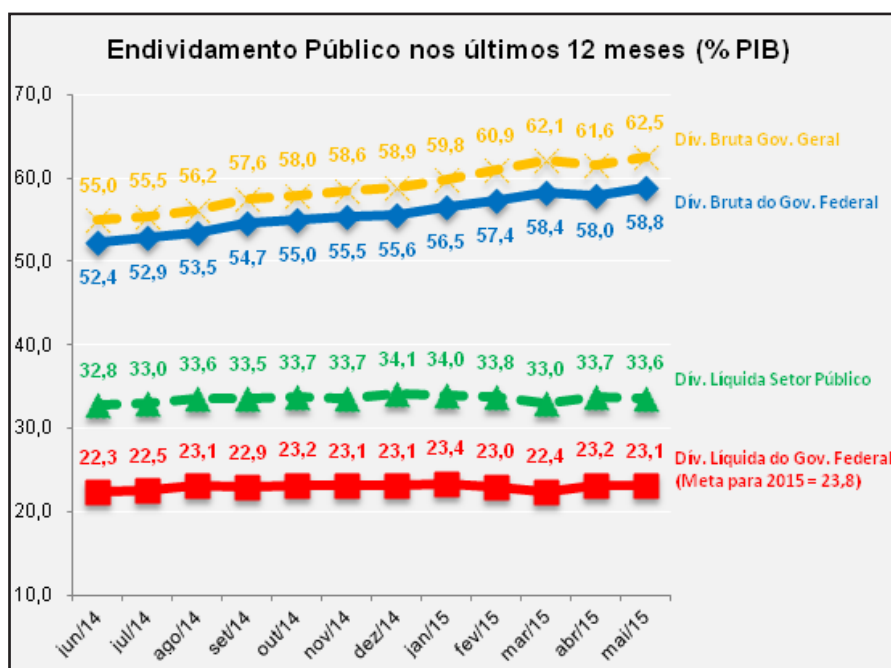
Fonte: Decreto nº 8.456/15.

\* Percentual médio de contingenciamento nos demais Órgãos

- No Poder Executivo, o contingenciamento total foi de R\$ 69,9 bilhões, dos quais R\$ 25,7 bilhões correspondem a despesas com o PAC.

- Em valores absolutos, os Ministérios mais atingidos foram Cidades, Saúde, Educação e Transportes. Em termos relativos, o Ministério do Turismo foi o mais afetado, com redução de quase 80% do valor aprovado.

## G – ENDIVIDAMENTO DA UNIÃO



Fonte: Banco Central.

- A dívida bruta do Governo Federal acumula crescimento de 3,2 p.p. do PIB em 2015 e de 6,4 p.p. desde junho de 2014.
- A trajetória da dívida líquida está em consonância com o previsto no Anexo de Metas Fiscais da LDO 2015. Sua relativa estabilidade resulta da ampliação e valorização dos ativos financeiros detidos pela União.

### ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF  
 Ricardo Alberto Volpe  
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – CONORF  
 Luiz Fernando de Mello Perezino  
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>

### COORDENAÇÃO TÉCNICA

Aritan Borges Avila Maia  
 Arthur Falcão Freire Kronenberger  
 Daniel Veloso Couri  
 Ingo Antonio Luger  
 José Fernando Cosentino Tavares  
 Paulo Roberto Simão Bijos  
 Túlio Cambraia